



PARECER JURÍDICO

Assunto: Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 012/2023, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 2023.05.09.02, que tem como órgão gerenciador a Secretaria de Saúde do Município de General Sampaio/CE – Inteligência do § 3º, do art. 15 da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

I – Consulta

Trata-se de questão submetida a esta Assessoria Jurídica pelo Pregoeiro do município de Miraima-CE, autorizada pela Secretaria de Saúde desta mesma municipalidade, que solicita parecer sobre a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços Nº 012/2023, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 2023.05.09.02, que tem como órgão gerenciador a Secretaria de Saúde do Município de General Sampaio/CE, cujo objeto a ser contratado é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PROTÉSES DENTÁRIAS PARA SUPRIR A DEMANDA DE REABILITAÇÃO PROTÉTICA DOS PACIENTES DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MIRAÍMA-CE, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Em sua justificativa, caracteriza o objeto a ser contratado, apresenta uma tabela de quantitativo e preço do item da ata que pretende aderir, afirmando que foram feitas pesquisas de preços para a referida contratação e os valores coletados encontram-se acima do valor registrado na Ata de Registro de Preços Nº 012/2023, razão pela qual entende ser mais vantajoso para a Administração Pública aderir a ata.

Consta, ainda, dos autos a verificação de adequação orçamentária e de existência de saldo financeiro. Em manifestação, a Secretaria de Finanças informa da existência de dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas pela citada contratação. Diante de tal informação, o ordenador de despesas do Município autorizou as despesas e determinou as tratativas para adesão da ata de registro de preço.

Consta, ainda, manifestação da empresa **M S A DE ALMEIDA - ME**, CNPJ Nº 22.027.920/0001-36 concordando em fornecer os serviços e autorização do órgão gerenciador, no caso, a Secretaria de Saúde do Município de General Sampaio/CE.

Eis o breve relatório.



II - Objeto de análise

De início, cumpre registrar que o exame realizado neste parecer se restringe aos aspectos jurídicos acerca da possibilidade ou não de se efetuar a adesão das atas de registro de preços pretendidas, estando excluídos quaisquer pontos de caráter técnico, econômico e/ou discricionário, cuja avaliação não compete a esta Assessoria.

Ressalte-se, ainda, que a análise em comento toma por base os documentos constantes dos autos concernentes ao processo licitatório cujas atas se pretende aderir, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade das informações e documentos da administração pública.

Esse esclarecimento é necessário porque o parecer jurídico, conforme orientação da melhor doutrina e da jurisprudência, é ato de natureza meramente opinativa não vinculante, cabendo ao gestor tomar a decisão que lhe parecer mais oportuna e conveniente.

III- Análise Jurídica

A premissa elementar adotada pelo ordenamento jurídico pátrio, no que concerne a contratação pela Administração Pública, é de que todas as aquisições de bens ou contratação de serviços com terceiros, levadas a efeito pelo ente Público serão necessariamente precedidas de licitação, de modo a identificar e escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa feita, a licitação, por força de dispositivos constitucionais (XXI, art. 37, CF/88) e infraconstitucional (art. 2º da Lei nº 8.666/93), é regra para a Administração Pública que, ao necessitar adquirir produtos ou executar algum tipo de serviço, deve abrir um processo de licitação para escolher seus fornecedores ou prestadores de serviços, devendo fazer, sempre, a opção pela proposta mais vantajosa ao atendimento do interesse público diretamente envolvido, colocando em condições de igualdade as empresas que do certame queiram participar.

A modalidade de licitação escolhida foi o Pregão (Lei nº 10.520/02), para fins de Registro de Preços, conforme previsto no art. 15, II da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013.

O Sistema de Registro de Preço – SRP, consiste em um procedimento auxiliar previsto no dispositivo legal antes mencionado e tem por objetivo facilitar a atuação da Administração Pública nas contratações ou aquisições de bens de forma gradual ou parcelada, conservando as condições de igualdade de oportunidade daqueles que do certame queiram participar.

De outro modo, pode se dizer que o SRP é o conjunto de procedimento para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. Após efetuar os procedimentos do SRP, é assinada uma Ata

de Registro de Preço – ARP, que concerne em um documento de compromisso para contratação futura, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas.

Assim, tem se como razoável sustentar que o sistema registro de preços não é um instituto próprio da contratação, mas sim uma técnica empregada no planejamento com a finalidade de proporcionar uma relação contratual mais eficiente para a Administração, considerando que a licitação em que se utiliza a técnica do registro de preços é exatamente igual às demais modalidades, diferenciando-se apenas na forma de aquisição ou da prestação dos serviços que fica condicionada pela efetiva demanda.

Com o propósito de regulamentar o § 3º do artigo 15 da Lei Nº 8.666/93, foi editado o Decreto nº 3.931/01, revogado posteriormente pelo Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, regulamentou o Sistema de Registro de Preços, e instituiu a possibilidade de ser aproveitada a proposta mais vantajosa de uma licitação realizada por outros órgãos e/ou entidades.

Tal procedimento difundiu-se, na doutrina jurídica, sob a denominação de “carona” que pode ser traduzido em linguagem coloquial como uma ideia de aproveitar o percurso que alguém está desenvolvendo para concluir o próprio trajeto, com redução de tempo e de custos, evitando-se o dispendioso e demorado processo de licitação, propiciando maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

Desse modo, considerando-se o princípio constitucional da economicidade e da eficiência, entende-se que é juridicamente possível e mesmo aconselhável, com as devidas cautelas, aproveitar uma proposta mais vantajosa conquistada por outro ente da Federação, como no caso indicado e justificado.

Cumprindo observar que o Decreto de nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, prevê a possibilidade de que uma Ata de Registro de Preços seja utilizada por outros entes, maximizando o esforço das unidades administrativas que implantaram o Sistema de Registro de Preços, então vejamos o que prescreve o art. 22 do referido Decreto:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para



Prefeitura Municipal de
MIRAÍMA



manifestação sobre a possibilidade de adesão.

Como se vê, é possível a aquisição de produtos ou prestação de serviços por meio de adesão a ata de registro de preço decorrente de licitação realizada por outro ente público, sendo necessário apenas a anuência do órgão gerenciador.

Cumprido destacar que os fundamentos de lógica que sustentam a validade do Sistema de Registro de Preços e conseqüentemente o sistema de adesão a ata de registro de preços, comumente denominado de "carona", segundo ensinamento de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, consistem na desnecessidade de repetição de um processo oneroso, lento e desgastante quando já se tem registro de uma proposta mais vantajosa para a aquisição de bens ou prestação de serviços de que se necessita.

Além disso, quando o carona adere uma determinada Ata de Registro de Preços, em vigor, normalmente já tem do órgão gerenciador – órgão que realizou a licitação para o Sistema de Registro de Preços – informações adequadas sobre o desempenho do contratado na execução do ajuste, reduzindo o risco de uma aquisição ou prestação de serviços deficiente ou inadequada.

Na presente situação, observa-se que através do ofício de nº 094/2023 a Secretaria de Saúde do Município de Miraíma-CE consulta a possibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços originária do Pregão Eletrônico Nº 2023.05.09.02 e manifesta interesse nos serviços descritos nos itens 01 e 02 da Ata de registro de preços nº 012/2023.

Em resposta ao ofício, a Secretaria de Saúde do Município de General Sampaio/CE, encaminha sua autorização/concordância, juntamente com as cópias da documentação solicitada, manifestando pela concordância com a adesão da ata pretendida.

Deste modo, observa que os procedimentos legais foram adequadamente adotados, nada impede a adesão da ata de registro de preço em questão.

IV- Conclusão


Diante do exposto, entende-se como adequado os procedimentos administrativos adotados para a adesão da Ata de Registro de Preços Nº 012/2023, decorrente de licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2023.05.09.02, realizada e gerenciada pela Secretaria de Saúde do Município de General Sampaio-CE, pois, condizente com os preceitos legais estabelecidos pelo disposto art. 15, § 3º da Lei nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Desse modo esta Assessoria manifesta pela possibilidade jurídica de adesão da ata, deixando registrado que a avaliação da conveniência e oportunidade é de competência exclusiva do ordenador de despesas municipal, que deve ponderar sobre a vantajosidade ou não da pretendida adesão.



Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Miraíma-CE, 19 de Outubro de 2023


JACKSON DIEGO TEIXEIRA LINHARES
Procurador do Município
OAB/CE 30.683

Encaminhe-se ao Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Pregões (Pregoeiro) do Município de Miraíma - CE para os expedientes necessários.